

As barreiras enfrentadas por treinadoras brasileiras

<http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201700020479>

Heidi Jancer FERREIRA***
Luiza Aguiar dos ANJOS***
Alexandre Janotta DRIGO**
Ludmila Nunes MOURÃO****
José Geraldo do Carmo SALLES*****

*Instituto Federal do Sul de Minas, Poços de Caldas, MG, Brasil.
** Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade - Interunidades, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, SP, Brasil.
***Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
**** Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
***** Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Resumo

No Brasil, a representatividade de mulheres como treinadoras esportivas é muito baixa. Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo identificar e analisar as barreiras encontradas por treinadoras brasileiras em sua carreira. As participantes da pesquisa foram treze técnicas esportivas de oito modalidades. O método empregado foi a análise de conteúdo proposta por Bardin. A produção de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas. As principais barreiras identificadas foram a apropriação majoritária do espaço pelos homens, o preconceito, o conflito entre vida pessoal e a vida profissional, e a baixa remuneração. Concluiu-se que as treinadoras enfrentam muitas dificuldades, as quais limitam a presença de mulheres no comando esportivo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Esportes; Gênero; Treinamento.

Introdução

A última edição dos Jogos Olímpicos, ocorrida em Londres em 2012, protagonizou discursos que celebravam a maior participação feminina da história do megaevento: 44% dos/as atletas participantes eram mulheres¹, sendo que todos os países enviaram representantes do sexo feminino, um fato inédito. Se a ampliação da participação feminina nos megaeventos é, sem dúvida, digna de comemoração, é necessário lembrar que algumas expectativas baseadas no gênero se mantêm vivas no universo do esporte², e que as condições de acesso e permanência de mulheres em boa parte das práticas corporais e esportivas ainda estão aquém das encontradas pelos homens, o que se evidencia nas menores oportunidades de prática, visibilidade conferida pela mídia, prêmios atribuídos aos vencedores de competições, entre outros³.

Na arbitragem, na mídia, na gestão de clubes, federações e confederações ou no treinamento de atletas e equipes, evidencia-se que a presença feminina é ainda muito baixa, tanto no contexto nacional⁴⁻⁷ como no internacional⁸⁻¹⁴.

Este estudo tem como objeto uma dessas funções nas quais as mulheres se encontram sub-

-representadas: a de treinadora esportiva. A atual realidade da carreira de treinadora esportiva pode ser didaticamente analisada a partir de mudanças e interações entre três relações: mulher e trabalho, mulher e família e, mulher e esporte.

As relações das mulheres com o mercado de trabalho nos fornecem apontamentos para compreender o processo de naturalização de uma divisão sexual dos cargos no contexto esportivo. Segundo PERROT¹⁵, o século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Cada sexo tem sua função, seus papéis, seus espaços. Definiu-se que o lugar das mulheres era o espaço da vida privada¹⁶. Nesse período, ser dona de casa era a condição da maioria das mulheres. Com a entrada das mulheres para o mercado de trabalho, após as duas grandes guerras mundiais, essa realidade foi se modificando¹⁵⁻¹⁷.

No Brasil, durante o processo de industrialização iniciado na década de 1940, um grande número de mulheres foi absorvido como força de trabalho, principalmente nas indústrias de fiação e tecelagem¹⁸. Esse ingresso no mundo do trabalho assalariado, entendido como espaço masculino, envolveu



barreiras desde a diferença salarial até a intimidação física, a desqualificação intelectual e o assédio sexual. Na divisão do trabalho, as mulheres executavam as tarefas menos especializadas e mal remuneradas, enquanto os cargos de chefia cabiam aos homens¹⁸.

Há que se considerar também a relação das mulheres com a família. Historicamente, a maternidade foi tida pela sociedade como a função central das mulheres¹⁶. Assim, seguindo uma lógica conservadora, sexista e heteronormativa, há uma expectativa social de que a carreira das mulheres seja planejada de forma a não prejudicar sua dedicação ao lar, fazendo com que elas optem pelo cuidado com os filhos e a família em detrimento de uma vida profissional¹⁹.

Com relação às práticas esportivas, a inserção das mulheres brasileiras acontece de forma notável a partir do século XX¹⁶. Esse ingresso está relacionado a uma mudança mais ampla dos hábitos de lazer da população a partir de uma crescente urbanização, processo que influenciou na potencialização da circulação na cidade e na multiplicação das opções públicas de divertimento. Também cabe destacar que o interesse nacional em se alinhar aos costumes europeus demandava às mulheres novos cuidados com a aparência e a saúde, e maior presença na vida social das cidades³. Esse movimento de mudança, contudo, não se fez sem conflitos. A herança colonial, de encontro com o devir moderno, criava duas exigências complementares e contrapostas: “a permanência da mulher no lar porque mãe e guardiã dos valores morais da família e a sua fluência na rua porque integrante de uma cidade que principiava a oferecer extraordinárias novidades de consumo e diversão³” (p. 92).

Método

Esta pesquisa se caracterizou como do tipo descritiva e se orientou a partir da abordagem qualitativa.

Participaram do estudo treze treinadoras brasileiras atuantes em âmbito estadual, nacional e internacional, tanto em categoria profissional (n=6) como em categorias de base (n=7), das seguintes modalidades: natação (n=4), saltos ornamentais (n=1), ginástica aeróbica (n=1), judô (n=1), futsal (n=1), futebol (n=1), handebol (n=3) e basquetebol (n=1). A seleção das entrevistadas se deu de forma intencional, em função da acessibilidade e conveniência. O primeiro contato com as treinadoras foi realizado para apresentação da pesquisa, convite e

Assim, a apropriação do espaço esportivo por mulheres se fez de forma lenta e gradativa, iniciando-se por modalidades cujo imaginário não era tão vinculado à masculinidade hegemônica^a, como turfe, ciclismo, atletismo e natação^{3, 20-21}. É necessário fazer a ressalva de que, ainda que a prática de atividades físico-desportivas por mulheres no início do século XX pudesse ser um sinal de conquista de autonomia, seria frágil considerá-la de todo emancipatória. Isso, pois, se por um lado ela produzia uma maior circulação e participação das mulheres em espaços públicos, por outro, tais atividades reforçavam concepções dominantes sobre a feminilidade, ligadas à beleza, à graciosidade e, sobretudo, à maternidade²².

Sinal de que a inserção feminina das atividades físico-esportivas ocorreu em meio a disputas é o fato de que em 1941 foi sancionado pelo Conselho Nacional de Desportos um Decreto-lei²³ que impedia a participação de mulheres em determinadas modalidades como lutas, boxe, salto com vara, salto triplo, decatlo, futebol, rúgbi, polo e polo aquático. Tal aparato legal manteve-se vigente até o ano 1979. Ainda que essa regulamentação não impusesse qualquer restrição quanto à participação de mulheres em outras funções esportivas – como árbitras, dirigentes e treinadoras, ela contribuiu com a reafirmação da ideia de que o esporte não é um território de livre circulação das mulheres.

Inserido nesse contexto multifacetado, a partir do problema da baixa representatividade de mulheres no comando esportivo, este estudo teve como principal objetivo identificar e analisar as barreiras encontradas por treinadoras brasileiras em sua atuação profissional.

agendamento para coleta de dados. A participação delas se deu de forma voluntária, mediante assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de termo específico de autorização para uso de gravador de áudio. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa através do parecer 048/2011.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com o suporte de um formulário de identificação, elaborado pelos/as próprios/as pesquisadores/as. Primeiramente, foi aplicado o formulário, que nos revelou informações para

caracterizar o perfil das treinadoras, conforme apresentado na TABELA 1. Após, foi realizada a entrevista propriamente dita, a partir de um roteiro de questões, composto pelos seguintes tópicos: a trajetória esportiva de cada treinadora; a forma de acesso ao cargo; o cotidiano e aspectos do relacionamento com atletas, gestores e instituição; as

dificuldades encontradas na atuação; a percepção de cada uma sobre as razões de sua permanência na carreira e sobre a baixa representatividade de mulheres como treinadoras no Brasil. Este trabalho se ateve à análise das respostas obtidas ao questionamento acerca das dificuldades enfrentadas na atuação como treinadora.

TABELA 1 – Caracterização do perfil das participantes da pesquisa (n=13).

Pergunta	Número de treinadoras	Média
Idade	-	44,5±10,6 anos
Tempo de conclusão de curso de graduação em Educação Física	-	20,8±10,3 anos
Tempo de atuação profissional como treinadora	-	17,3±8,3 anos
Jornada de trabalho semanal como treinadora	-	27,8±10,5 horas
Estado civil		
Solteira	7	-
Casada	4	-
Separada	2	-
Possui filho(s)		
Sim	5	-
Não	8	-
Já foi atleta		
Sim	12	-
Não	1	-
Nível de escolaridade		
Superior	4	-
Especialização	6	-
Mestrado	2	-
Doutorado	1	-
Possuem outra ocupação/trabalho		
Sim	9	-
Não	4	-
Satisfação com a remuneração recebida*		
Satisfeita	4	-
Em dúvida	2	-
Insatisfeita	6	-

* Uma participante do estudo declarou não receber remuneração.
Fonte: Dados da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada entre junho e dezembro de 2011, nos municípios de residência das participantes, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Todas as treze treinadoras concederam uma sessão de entrevista, com duração média de 43 minutos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente submetidas à aprecia-

ção das entrevistadas para possíveis alterações, caso julgassem necessário.

As respostas foram analisadas tendo como referência a técnica de análise categórica proposta por BARDIN²⁴. Esse referencial disponibiliza um conjunto de técnicas de análise que, através de operações sistemáticas e sucessivas de des-

criação das mensagens, permite a validação de inferências²⁴.

A técnica proposta pela autora envolve os seguintes procedimentos: a pré-análise, em que se estabelece contato com o material e no qual são sistematizadas as ideias iniciais por meio de leitura flutuante; a codificação, na qual os dados brutos do texto transcrito são explorados de forma mais aprofundada e são transformados em uma representação do conteúdo através de escolha das unidades e regras de contagem; a categorização, em que se classificam os elementos constitutivos de um conjunto em categorias temáticas estabelecidas em razão de características comuns e diferenciações²⁴. A criação do sistema de categorias é parte crucial dessa análise e requer que sejam atendidos critérios de qualidade, como a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade das categorias²⁴.

Os dados foram submetidos à leitura flutuante com o objetivo de apreciar e conhecer o material,

favorecendo a detecção de temas comuns e relevantes. Foram estabelecidas como unidades de análise as frases contidas nos discursos das mulheres. As categorias foram definidas a partir dos dados obtidos e não previamente a eles, buscando-se a adequação em relação ao conteúdo e objetivos do estudo. A exploração do material prosseguiu com leituras atentas das transcrições, identificando a presença e ausência de temas, bem como a necessidade de junção, inclusão ou exclusão de categorias. Foram identificadas diversas categorias iniciais, que por sua vez foram agrupadas e reorganizadas em outras intermediárias e, finalmente, redefinidas em uma matriz de categorias. As três categorias analisadas foram: inserção na carreira; permanência na carreira; e barreiras enfrentadas na carreira. Como previamente informado, nesse trabalho, focamos na terceira categoria. Dentro desse item, foi realizada uma subcategorização das dificuldades narradas pelas entrevistadas.

Resultados e discussão

Conforme citado anteriormente, após a análise dos dados foram identificadas quatro subcategorias: 1) a apropriação majoritariamente masculina dos cargos de treinador esportivo, abrangendo as idéias de ausência de outras mulheres e de predomínio de homens no campo esportivo; 2) o preconceito, envolvendo aspectos como manifestações discriminatórias, dúvida quanto à competência das treinadoras e estereótipos; 3) o conflito da vida pessoal *versus* a vida profissional, envolvendo situações experimentadas pelas mulheres com relação às exigências impostas pela carreira e pela vida pessoal; 4) a baixa remuneração, reunindo aspectos como a necessidade de ter mais de um emprego, a ausência e insatisfação com salário.

Obstáculos similares aos encontrados nessa pesquisa também foram verificados na literatura internacional, como o questionamento da competência feminina, a contratação por princípio da similaridade, ou seja, homens tendem a contratar homens, a homofobia, a falta de contatos para facilitar o acesso ao posto, o conflito da vida pessoal com a profissão, a falta de aceitação e credibilidade com os atletas, a ausência de outras mulheres em seu contexto, a dificuldade de ascensão de mulheres na carreira em categorias de base para categorias profissionais, e o fato de a atuação como treinadora em alguns casos

ser voluntária, gerando incompatibilidade com a profissão que realmente exercem^{16-17, 25-27}.

As participantes (n=11) afirmaram que a presença majoritária de homens no comando esportivo constitui uma barreira para a atuação delas. Em geral, mesmo com as equipes femininas, são eles que estão à frente, o que se pode observar em todos os níveis de competições^b. A treinadora 1 relatou que já tentou trabalhar com o futebol, mas não conseguiu.

Porque é homem que lida. São homens que lidam com as mulheres. Isso é fato. E você não vê e acho que não vai ver uma mulher dirigindo uma equipe de liga nacional de ponta masculina. Você pode ver algumas sobreviventes no feminino. No masculino você não vê. (Informação verbal)^c

A treinadora 2 evidencia o predomínio de homens como técnicos das seleções brasileiras femininas:

Você vê quem treina a seleção brasileira de vôlei feminino, homem. A seleção de basquete feminino, homem. A seleção feminina de futebol, quem treina? Homem. Faz uma pesquisa em todos os times femininos que tem no Brasil, a maioria, 99%, tem homem dando treino. Por quê? Por que o futebol foi feito para homem? Não foi. [...] Como treinador não foi feito para homem. Foi feito para quem tem capacidade de comandar. (Informação verbal)^d.

No comando esportivo, seja como treinadores ou dirigentes, os homens constituem a grande maioria do efetivo^e. Dois parecem ser os motivos apontados na literatura para a manutenção dessa desigualdade. O primeiro é o fato das competências necessárias para exercer a função de treinador esportivo, em especial a liderança, serem socialmente entendidas, em uma visão claramente essencialista, como atributos tipicamente masculinos^{12, 30}. O segundo, em alguma medida um desdobramento do anterior, ancora-se no entendimento de que as atividades físico-esportivas são um campo de apropriação majoritariamente masculina, o que faria dos homens não apenas melhores praticantes, mas também melhores entendedores dessas práticas. Esse segundo argumento se faz presente, sobretudo nas atividades cuja associação com a masculinidade é mais marcada na sociedade brasileira, caso do futebol e das lutas, por exemplo.

A percepção essencialista de que a profissão de treinador esportivo é adequada para homens dificulta a aceitação de mulheres no comando de uma equipe. Contrária a esse tipo de associação entre treinamento esportivo e masculinidade, GOELLNER²² argumenta que:

Não é o corpo 'em si' que define a modalidade esportiva mais adequada para uma mulher nem mesmo se ela tem ou não capacidade para dirigir uma federação esportiva ou para treinar uma equipe de alto rendimento. É a discursividade construída sobre a funcionalidade do corpo e sua correlata associação aos processos de socialização que provoca e constrói tais demarcações. (p. 189).

Para entender os argumentos que justificam a sub-representação das mulheres em cargos de treinadoras esportivas, recorremos a Butler³¹ e sua compreensão do processo de regulação e normatização. Para ela, as noções que vinculam os interesses e competências humanas em um quadro binário, masculino e feminino, são sintomas de regulações de gênero. Esses efeitos – é necessário enfatizar – não são simples aplicações empíricas da norma, ou seja, seu reflexo; eles são, simultaneamente, produto e produtores da norma, pois é exatamente através da prática que ela se atualiza e se mantém: “a norma somente persiste como uma norma na medida em que ela é encenada na prática social e reidealizada e reinstituída em e através dos rituais sociais diários da vida corpórea^f” (p. 48, Tradução livre do inglês)³¹. É a concretude da prática desses “exemplos” contingentes que reforça e retoma a norma. Ao mesmo tempo, se a norma precisa ser empiricamente recita-

da, é aí que se encontra a possibilidade de agência, de mudanças, o que não é o mesmo que dizer que as ações humanas são resultado de puro voluntarismo.

Parece-nos útil, assim, pensar no gênero, conforme BUTLER³¹ propõe, como aparato ou mecanismo de produção de inteligibilidade, um quadro que aponta aquilo que pode ou não ser concebido. Assim, a reiteração da norma a partir da constante e intensa constituição de ideais masculinos vinculados tanto ao esporte como à liderança produz o quadro de inteligibilidade que pensa a presença das mulheres como inadequada, que torna esse espaço menos permeável a mudanças. Por outro lado, a presença de mulheres ocupando tais funções, assim como outros movimentos de contestação que se relacionem a tal situação, representam escapes à norma e são também fenômenos produtivos, ou seja, constituidores de novos significados sobre os sujeitos e suas possibilidades de vida.

Contudo, quando algumas mulheres constituem força de resistência contra a norma, elas se vêem diante de entraves, como no caso das treinadoras entrevistadas (n=8) que se depararam com o preconceito, também identificado como uma barreira em pesquisas com treinadoras de voleibol brasileiras¹⁹ e treinadoras americanas^{13, 30}. Duas entrevistadas, atuantes em categorias de base, destacaram como o preconceito foi problemático no início de suas carreiras. Elas apontaram que tiveram dificuldade em se firmarem como treinadoras em função da resistência de atletas e dos pais deles em ter uma mulher nessa função.

O preconceito sofrido pelas mulheres no handebol brasileiro aparece na fala de uma treinadora como algo que quase chega a ser tangível.

Eu acho que o handebol brasileiro é extremamente machista. [...] Atletas, técnicas, árbitras, todo mundo, sem exceção é colocada em segundo plano. [...] Já aconteceu quatro vezes de eu ser praticamente agredida no banco por delegados ou técnicos adversários. [...] É um desprezo, é uma aversão tão visível que só falta você pegar no ar assim... (Informação verbal)^g

Cabe destacar que atitudes como a descrita na fala acima ferem o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física³², como disposto no artigo 10 (p.130): “são direitos dos profissionais de Educação Física: I - exercer a Profissão sem ser discriminado por questões de religião, raça, sexo, idade, opinião política, cor, orientação sexual ou de qualquer outra natureza.” Em outras palavras, significaria que é dever ético promover harmoniosa convivência entre

os técnicos/as desportivos/as pelos próprios profissionais de Educação Física que exerçam estes cargos.

O preconceito pode ser visto como um processo social que se desenrola entremeio a relações de poder entre grupos³³. Nesse processo desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas, além de comportamentos hostis por parte de um grupo em relação a membros de outro grupo, geralmente possuidor de menor status ou prestígio. HALL³⁴ enfatiza que todas as identidades estão localizadas em espaço e tempo simbólicos, e estreitamente ligadas a lugares de práticas sociais específicas. O esporte, desde suas primeiras manifestações, tem se caracterizado como um espaço fecundo para reforçar uma identidade masculina hegemônica.

Outra barreira relacionada ao preconceito, ainda que manifestada por apenas uma participante do estudo, mas não menos importante, é a atribuição do estereótipo de homossexualidade à mulher treinadora. Acredita-se ser essa uma dificuldade que se apresenta às treinadoras de forma velada.

Acho que tem estereótipo. Tem. E quase todas têm um estereótipo bem marcado que aproxima a figura da técnica da figura da homossexual. Então isso aí só faz piorar as coisas. [...] Mas eu não acredito que se as técnicas fossem todas muito femininas, eu não acredito que isso ia mudar muita coisa não. (Informação verbal)^h

Outra face do preconceito é pressupor a orientação sexual da treinadora, relacionando-as a homossexualidade. Nesse sentido, a feminilidade hegemônica é vista como um sinal de heterossexualidade. Tal visão surge a partir da expectativa de uma continuidade entre sexo, gênero e sexualidade³¹. Sob essa lógica, as mulheres (fêmeas), deveriam ser sexual e afetivamente atraídas por homens (heterossexuais) e ter traços ligados à sensibilidade e à graciosidade (feminilidade). Quando tal linearidade não é encontrada, pressupõe-se um desvio de um padrão de normalidade que afeta todos os elementos da tríade. Como a função de treinadora demanda atitudes de comando e autoridade que fogem do comportamento sensível e gracioso esperado, elas se tornam suspeitas de serem homossexuais.

Assim, a prática e outras formas de envolvimento com os esportes fazem com que as mulheres se deparem com tais preconceitos, o que tende a prejudicá-las e mantê-las à margem do espaço esportivo. Esse fenômeno ocorre quando pensamos na masculinidade e na feminilidade como expressões singulares e universais, binárias e posicionadas uma em oposição à outra. Contudo, para romper com

essa perspectiva é fundamental compreender as expressões de gênero como múltiplas – masculinidades e feminilidades, no plural – e transitórias.

Outra dificuldade muito enfatizada pelas treinadoras (n=7) foi a de conciliar a vida pessoal com a profissão. Tradicionalmente, espera-se que as atividades domésticas e de cuidado com os filhos sejam de responsabilidade das mulheres. Além disso, apesar das mudanças sociais, as mulheres ainda são educadas tendo o casamento e a maternidade como referenciais importantes e, não à toa, muitas ainda mantêm isso como um sonho. As exigências impostas pela maternidade e família afastam as mulheres do cargo de técnica, pois a carreira demanda grande dedicação de tempo, com viagens para treinamentos e competições, permanecendo fora de casa em finais de semana, feriados e até por longos períodos¹⁹. Com isso, impõe-se a necessidade de dividir o tempo entre o trabalho e a vida pessoal.

Nos relatos das treinadoras foram encontradas três realidades concernentes a essa situação. Em uma delas, a mulher faz a opção de não se casar e não ter filhos para não ter que lidar com essa tensão. Na segunda, a mulher consegue fazer arranjos em função de seus familiares também se envolverem com o esporte, por exemplo, quando o filho é atleta na mesma modalidade. A última é a das mulheres que vivenciam a dor e o sofrimento desse conflito. Elas declararam sentirem-se culpadas e cobradas o tempo todo por não dedicarem atenção suficiente ao marido, filhos e casa. A treinadora 4 revela sua angústia pelas cobranças sofridas em função disso:

Para mulher é muito complicado. [...] O tempo inteiro eu me sinto culpada porque eu sou muito ausente. [emoção] [...] as pessoas cobram muito de você enquanto mulher. O tempo inteiro as pessoas: ‘e aí, vai ter filho quando? Vai ser avó?’ [...] As pessoas esperam de você uma super mulher e você tem que estar bem o tempo inteiro. [...] Me sinto culpada, às vezes choro [...] (Informação verbal)ⁱ

Das treze entrevistadas, oito treinadoras ainda não tinham filhos, sete eram solteiras e duas separadas. Nesse contexto, a dedicação ao esporte é um empecilho para o casamento³⁵. A atribuição das responsabilidades do lar às mulheres acaba delimitando que as treinadoras sejam mais propensas que os treinadores a permanecerem solteiras⁹.

Uma treinadora conta que optou por se dedicar apenas à sua carreira de treinadora pela dificuldade que existe para a mulher em conciliar essa profissão com a vida pessoal e familiar.

[...] Eu optei pelo meu lado profissional porque eu sabia que não ia dar certo porque eu ia largar meu filho para sair viajando com meus atletas, não é? [...] Então eu nunca lidei com esse lado porque minha opção foi o trabalho, não foi casar e ter filhos. (Informação verbal)ⁱ

Às mulheres foi permitida a inserção no espaço público, entretanto elas não foram eximidas do papel de mantenedoras do lar¹⁶. Além disso, a inclusão feminina no mundo profissional não correspondeu a uma contrapartida masculina na divisão das tarefas domésticas³⁶⁻³⁷. Quando acreditavam estar livres, elas estavam na verdade obedecendo a uma nova ordem social – a de ser tudo ao mesmo tempo. De donas de casa, elas passaram a ser mães assalariadas com dupla jornada³⁸. Portanto, como já dizia WHITAKER³⁹, “cabe somente à mulher conciliar o inconciliável: ser mãe, esposa, governanta, administradora da comida, serviçal dos filhos e, ao mesmo tempo, profissional” (p. 80).

A última categoria elencada, a baixa remuneração – ou a ausência dela –, faz com que a carreira de treinadora nem sempre possa ser encarada pelas mulheres como uma profissão. O fato de nove das treze entrevistadas possuírem outra ocupação ratifica esse cenário.

Uma das participantes lamenta nunca ter podido encarar as suas ações de treinadora como uma profissão devido à falta de remuneração:

Bom, primeira coisa, ser treinadora é uma profissão. E a minha maior frustração nesse período todo é que isso nunca foi uma profissão para mim. [...] Ou seja, eu nunca vivi disso, eu nunca pude viver disso. [...] Eu nunca pude me entregar de maneira como precisaria ser para atuar, por não ter remuneração [...] Tudo tem que ser profissional, menos o seu salário. (Informação verbal)^k

Apesar de reconhecermos que a precarização da carreira de treinador/a esportivo/a não é exclusiva às mulheres, acredita-se que no Brasil exista uma inferioridade dos salários femininos em relação aos masculinos. Essa expectativa surge a partir da observação de um cenário profissional mais amplo, no qual se sabe que as mulheres ganham em média 30% a menos que os homens de uma mesma faixa etária e mesmo nível de escolaridade⁴⁰. Também verificamos dados no contexto do esporte que corroboram com essa impressão nos estudos de BANDEIRA E RUBIO⁴¹ sobre questões de gênero no surfe; de TRALCI FILHO E RUBIO² que retrata o caso de atletas olímpicas do sexo feminino que recebem menos que atletas do sexo masculino; de ROMARIZ, VOLTRE E MOURÃO¹⁹ que demonstra dados nacionais

e internacionais sobre menores salários e menor atividade de prestígio de mulheres como dirigentes e técnicas quando comparado à gestão masculina em esportes de alto rendimento. Apesar desses indicativos, novas investigações são necessárias para confirmar esse panorama.

Com base nos resultados apresentados, percebe-se que são questões históricas, culturalmente construídas, que compõem os obstáculos enfrentados por essas treinadoras. O predomínio masculino no cargo de treinador/a esportivo/a, objeto de debate nesta investigação, e a preocupação em analisar a carreira de treinadoras esportivas nos permitiram apresentar dados que, dentro de uma perspectiva organizacional do esporte, naturalizam o cargo de treinador/a como tipicamente masculino. A existência de barreiras parece estar relacionada à restrição da participação feminina no esporte de maneira geral, mas de forma mais expressiva em cargos de liderança, como o de treinador/a. Pouca visibilidade, dificuldades em estabelecer contatos e alianças, preconceito e contestação da competência profissional são algumas das situações que contribuem para que as mulheres tenham baixa representatividade, deixando-as à margem do poder de decisão e de contratação na esfera da instituição esportiva. Como em um sistema cíclico, homens tendem a contratar homens, reproduzindo e reafirmando o predomínio masculino nesse espaço, reforçando esse ciclo de desvantagens e oportunidades restritas para as mulheres no comando e gestão esportiva.

Contudo, a análise da trajetória esportiva dessas treze treinadoras pontua que, entremeio a esse ambiente de reserva masculina, existem resistências por meio de ações individuais, dado confirmado no estudo. Esses esforços despendidos por cada treinadora no sentido de provar sua capacidade de trabalho e tentar obter credibilidade são reconhecidamente importantes e representam uma possibilidade de contraposição à presença majoritária masculina no treinamento esportivo. Mas há que se considerar que são conquistas difusas² no campo esportivo. Enquanto as alternativas possíveis às mulheres forem se ajustar a esse contexto permeado por relações de poder e empreender lutas individuais, não haverá uma mudança substancial na estrutura esportiva¹⁷. Embora as treinadoras participantes deste estudo tenham superado obstáculos e alcançado reconhecimento e aceitação em seu local de trabalho, elas deixaram para trás uma estrutura pouco alterada de hegemonia masculina que outras mulheres terão que enfrentar e superar por elas mesmas.

Finalmente, considera-se que, além do engajamento dessas e outras treinadoras, são necessárias ações direcionadas à criação de oportunidades, oferta de melhores condições de trabalho e reconhecimento da competência profissional das mulheres, inclusive no

que concerne à remuneração. É preciso que os órgãos representativos do esporte nacional, juntamente com as confederações, federações e clubes promovam novas políticas com o intuito de estimular a presença feminina no esporte e de minimizar os obstáculos existentes.

Notas

- a. A noção de masculinidade hegemônica e, em outros momentos do texto, feminilidade hegemônica diz respeito a modelos de generificação de homens e mulheres que gozam de maior valorização e legitimação social. Ainda que variem, conforme o contexto, a cultura e o tempo histórico, alguns marcadores centrais parecem mais perenes. No caso dos homens, podemos apontar a virilidade, a força, a liderança e a racionalidade. No caso das mulheres, a sensibilidade, a fragilidade, a vaidade. A manutenção dessa dita hegemonia não é garantida e nem estável. Mais do que uma manutenção, é um processo de recitação em um cenário de disputas de poder, pressupondo investimentos contínuos que podem conduzir tanto a certas continuidades quanto a certas mudanças.
- b. Nos Jogos Sul-americanos de Medellín em 2010 foi constatada uma proporção marcadamente desequilibrada de sete treinadoras em relação a oitenta e quatro treinadores, provenientes de treze países²⁸. Destaca-se ainda que, neste pequeno grupo identificado, quatro eram técnicas de ginástica rítmica. Nos Jogos Pan-Americanos em 2011²⁹, a proporção de mulheres integrantes da comissão técnica brasileira foi de apenas 13%, em doze de um total de trinta e nove esportes disputados. Foram dezesseis treinadoras distribuídas entre as seguintes modalidades: ginásticas de trampolim, artística, rítmica e aeróbica; patinação artística; nado sincronizado; saltos ornamentais; *squash*; judô; *taekwondo*; vôlei de praia; e atletismo. Dessas dezesseis treinadoras, seis atuaram com nado sincronizado e ginástica rítmica, modalidades praticadas exclusivamente por mulheres.
- c. Entrevista concedida pela participante 1- treinadora de handebol, em 26 de julho de 2011.
- d. Entrevista concedida pela participante 2 – treinadora de futebol, em 15 de dezembro de 2011.
- e. Em cargos de direção dos principais órgãos da administração esportiva brasileira (Ministérios dos Esportes, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paraolímpico Brasileiro, Confederações Esportivas e a Comissão Nacional de Atletas), as mulheres representam 14% do total; e nas presidências das federações esportivas a proporção é ainda menor, apenas 7%⁶. No comando técnico, as mulheres constituem apenas 7% do quadro de treinadores em 259 federações esportivas brasileiras⁷. Desse total de federações pesquisadas, 185 não possuem mulheres cadastradas como técnicas⁷.
- f. “The norm only persists as a norm to the extent that it is acted out in social practice and reidealized and reinstated in and through the daily social rituals of bodily life.”³¹
- g. Entrevista concedida pela participante 3 – treinadora de handebol, em 18 de dezembro de 2011.
- h. Entrevista concedida pela participante 3 – treinadora de handebol, em 18 de dezembro de 2011.
- i. Entrevista concedida pela participante 4 – treinadora de judô, em 26 de julho de 2011.
- j. Entrevista concedida pela participante 5 - treinadora de saltos ornamentais, em 25 de julho de 2011.
- k. Entrevista concedida pela participante 6 – treinadora de futsal, em 09 de agosto de 2011.

Abstract

Barriers faced by Brazilian female coaches

In Brazilian sports there are only a small number of women working as coaches. In this context, this study aimed to identify and analyze the barriers that Brazilian female coaches encounter when pursuing a coaching career. Participants were 13 female coaches from 8 different sports. Data were collected through

semi structured interview. The main challenges faced by Brazilian female coaches were male dominance, prejudice, conflict between personal and professional life, and low salaries. In conclusion, this study demonstrated that female coaches face many barriers, which limit the presence of women in coaching in Brazilian sports.

KEYWORDS: Women; Sports; Gender; Training.

Referências

1. Comitê Olímpico Internacional. Factsheets women in Olympic Movement. 2016 [acesso em 03 jul 2016]. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Reference-Documents-Factsheets/Women-in-Olympic-Movement.pdf>.
2. Tralci Filho MA, Rubio K. As identidades da atleta brasileira: os “pontos de apego temporários” da mulher na vida esportiva. *Movimento* 2012;18(2):255-275.
3. Goellner SV. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar Prát* 2005;8(1):85-100.
4. Souza de Oliveira GA. Representações sociais de mulheres técnicas sobre o comando de equipes esportivas de alto nível. Rio de Janeiro. Dissertação [Mestrado] - Universidade Gama Filho; 2002.
5. Souza de Oliveira GA. Mulheres enfrentando o desafio da inserção, ascensão e permanência no comando de equipes esportivas de alto nível. In: Simões AC, Knijnik JD, organizadores. O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph; 2004. p. 319-335.
6. Mourão L, Gomes EM. Mulheres na Administração Esportiva Brasileira: uma trajetória em curso. In: Simões AC, Knijnik JD, organizadores. O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph; 2004. p. 305-317.
7. Ferreira HJ, Salles JGC, Mourão L; Moreno A. A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. *Movimento* 2013;19(3):103-124.
8. Carvalho MJ, Pinto C, Botelho-Gomes P. Mulheres e desporto: a (sub)representação das mulheres na direção das federações olímpicas portuguesas. *Pensar Prát* 2013;16(4):956-1270.
9. Knoppers A. Gender and the coaching profession. In: Birrel S, Cole C. Women, sport and culture. Canada: Human Kinetics; 1994. p. 119-133.
10. Fasting K. Papel da mulher em organizações esportivas nacionais e internacionais. In: Drinkwater BL, editora. Mulheres no esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2004. p. 354-361.
11. Pfister G, Radtke S. Dropping out: why male and female leaders in German Sports Federations break off their careers. *Sport Man Rev* 2006;9:111-139.
12. Norman L. Bearing the burden of doubt: female coaches experiences of gender relations. *Res Q Exerc Sport* 2010;81(4):506-518.
13. Borland JF, Bruening J. Navigating barriers: a qualitative examination of the under-representation of black females as head coaches in collegiate basketball. *Sport Man Rev* 2010;13(4):407-420.
14. Acosta V, Carpenter L. Women in Intercollegiate Sport: a longitudinal, national study, thirty five year update 1977-2012. [acesso em 02 fev 2012]. Disponível em: <http://www.acostacarpenter.org>.
15. Perrot M. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.
16. Mathias MB, Rubio K. As práticas corporais femininas em clubes paulistas do início do século XX. *Rev Bras Educ Fís Esporte* 2010;24(2):277-286.
17. Pfister G. As mulheres e os Jogos Olímpicos: 1900-97. In: Drinkwater BL. Mulheres no esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2004. p. 3-15.
18. Rago M. Trabalho feminino e sexualidade. In: Del Priore M, organizadora. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto; 2001. p. 578-605.
19. Romariz SB, Votre SJ, Mourão L. Representações de gênero no voleibol brasileiro: a imagem do teto de vidro. *Movimento* 2012;18(4):219-237.
20. Goellner SV, Melo VA, Cunha Júnior CFF, Altmann H. Brazil. In: Christensen K, Guttman A, Pfister G, organizadores. *International Encyclopedia of women and sports*. New York: Macmillan Reference USA; 2001. p. 176-178.

21. Mourão L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Movimento* 2000;6(13):5-18.
22. Goellner SV. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. *Movimento* 2007;13(2):171-191.
23. Brasil. Decreto Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Diário Oficial da União* 16 abr.1941; p. 7453.
24. Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2009.
25. Kilty K. Women in coaching. *Sport Psychol* 2006;20:222-234.
26. Kamphoff CS, Armentrout SM, Driska A. The token female: women's experiences as Division I collegiate head coaches of men's teams. *JIS* 2010;3:297-315.
27. Reade I, Rodgers W, Norman L. The under-representation of women in coaching: a comparison of male and female canadian coaches at low and high levels of coaching. *J Sports Sci Coach* 2009;4(4):505-520.
28. Ayala-Zuluaga CF, Aguirre-Loaiza HH, Ramos Bermúdez S. Formacion académica y experiencia deportiva de los entrenadores suramericanos. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2015;37(4):367-375.
29. Comitê Olímpico Brasileiro. Guia para a imprensa: Jogos Pan-americanos Guadalajara 2011. [acesso em 25 fev. 2012]. Disponível em: http://www.cob.org.br/guadalajara2011/mediaguide/COB_mediaguide_port_2011v2.pdf.
30. Staurowsky EJ. Women coaching male athletes. In: Messner MA, Sabo DF, editores. *Sport, men and the gender order: critical feminist perspectives*. Champaign: Human Kinetics; 1990. p. 163-170.
31. Butler J. *Undoing gender*. London/New York: Routledge; 2004.
32. Conselho Federal de Educação Física. Resolução nº 307, de 9 de novembro de 2015. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. *Diário Oficial da União* 09 nov 2015; nº 221, Seção 1, p. 129-130.
33. Camino L, Silva P, Machado A, Pereira C. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Rev Psicol Polít* 2001;1:13-36.
34. Hall S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A; 2001.
35. Adelman M. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Movimento* 2006;12(1):11-29.
36. Menda PB. *Análise da dicotomia sofrimento e prazer na função gerencial feminina*. Porto Alegre. Dissertação [Mestrado] - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.
37. Venturini G, Recamán M, Oliveira S, organizadores. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2004.
38. Rius LF. Género y mujeres académicas: hasta donde la equidad? In: Seneño EP, Alcalá P, González MI, Villota P, Roldán C, Santesmases MJ, coordenadores. *Ciencia, tecnologia y género em Iberoamérica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; 2006. p. 55-66.
39. Whitaker D. *Mulher e homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Editora Moderna; 1993.
40. Atal JP, Ñopo H, Winder N. *New century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin America*. Washington: Inter-American Development Bank; 2009.
41. Bandeira MM, Rubio K. "Do outside": corpo e natureza, medo e gênero no surfe universitário paulistano. *Rev Bras Educ Fís Esporte* 2011;25(1):97-110.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA
Heidi Jancer Ferreira
Rua Correia Neto, 874/31
Bairro: Centro Poços de Caldas - MG
CEP 37701-016
(31) 98641078
hfjancer@yahoo.com.br
heidi.ferreira@ifsuldeminas.edu.br

Submetido: 30/06/2015
Revisado: 26/07/2016
Aceito: 31/01/2017